

“RECORDAR É VIVER”: ECONOMIA, PENSAMENTO ECONÔMICO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE NA TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pedro Marcelo Staevie

GRUPO DE TRABALHO: GT7: Emergência climática, transição energética e ecodesenvolvimento:

Resumo: o presente artigo propõe fazer um resgate da trajetória do ideário do desenvolvimento sustentável a partir da ampliação do debate acerca da problemática ambiental que ocorre sobretudo desde os anos 1960/70. Para tanto, se faz uma breve retrospectiva acerca dos problemas relacionados ao meio ambiente, das diferentes abordagens do pensamento econômico ambiental (com destaque para o Ecodesenvolvimento), além de apresentar importantes conferências acerca da interface entre economia, desenvolvimento e meio ambiente, tendo como intuito apresentar a “trajetória” do desenvolvimento sustentável. Fazendo uma sucinta exposição acerca da problemática ambiental contemporânea, busca-se a demonstração do trajeto de algumas das principais correntes do pensamento econômico ambiental e de determinadas conferências concernentes ao ideário do desenvolvimento sustentável. O objetivo principal do artigo é justamente resgatar esta trajetória para que não se perca de vista a importância da construção histórica do “conceito” de desenvolvimento sustentável para que a utopia não se esvaeça em tempos tão difíceis, sobretudo pelas atuais gerações.

Palavras chave: Problemas ambientais. Ecodesenvolvimento. Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

A problemática ambiental está extremamente relacionada ao intenso processo de degradação generalizada do meio ambiente e dos recursos naturais, provocado pela intensificação do crescimento econômico ocorrido ao longo do século XX e início deste século XXI. Entre as diversas causas que levaram a esse processo tenaz de degradação ambiental, estão a ampliação do processo de industrialização, a concentração populacional, a ocupação desenfreada do espaço físico, o crescimento urbano (desordenado), a produção e o consumo em massa, a modernização agrícola, dentre outros. O modelo de desenvolvimento econômico vigente – sobretudo a partir do final da Segunda Guerra – implicou, dessa forma, em diversas externalidades negativas, dentre elas, a amplamente debatida na contemporaneidade, crise

climática, que dentre outros exemplos, provocou a grande catástrofe das chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024.

O século XX (e esse primeiro quartel do século XXI) apresentou progressos tecnológicos incontestáveis, porém, resultou em um enorme impacto sobre o meio ambiente. Segundo MACNEILL (1991, p. 18), “desde 1900 a população mundial mais do que triplicou. Sua economia cresceu vinte vezes, o consumo de combustíveis fósseis aumentou trinta vezes”. Ainda conforme o autor,

1,3 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável de confiança; 880 milhões de adultos são analfabetos; 770 milhões têm alimentação insuficiente para uma vida ativa de trabalho; e 800 milhões vivem em pobreza absoluta, sem acesso sequer às necessidades mais rudimentares. A cada ano, 14 milhões de crianças – cerca de 10% do número de crianças nascidas anualmente morrem de fome (p. 23)

Nesse contexto de escassez, a crise da água é um dos problemas mais relevantes da atualidade, já que a água é essencial para todas atividades humanas. Segundo MACNEILL (1991), cerca de 80 países com 40% da população mundial experimentam a falta de água, ameaçando a agricultura (atividade econômica com maior consumo do recurso), a indústria e, obviamente, a saúde da população. Essa situação decorre principalmente do desperdício, da falta de gerenciamento adequado (apesar de, no caso brasileiro, haver uma tentativa de gestão coletiva dos recursos hídricos a partir dos comitês de bacias hidrográficas) e, por que não, de abordagens setoriais no gerenciamento destes recursos.

Por outro lado, a poluição atmosférica é, assim como a própria poluição hídrica, um dos malefícios que reduz a qualidade de vida da população. Em níveis muito elevados, a alta concentração de chumbo, por exemplo, pode causar patologias respiratórias graves e até a redução do QI em crianças. Este tipo de poluição advém, sobretudo, da geração de energia, da produção industrial e da emissão de dióxido de carbono de veículos automotores. Esse tipo de poluição se mostra como um dos principais elementos explicativos para as mudanças climáticas em curso na atualidade. Sendo assim, podemos afirmar que as atuais alterações do clima resultam do modo de produzir, consumir e viver dos seres humanos, calcados na ideia neoclássica da racionalidade dos agentes em maximizar o seu bem estar. Entretanto, o grande erro das pessoas foi acreditar que a maximização do seu bem estar estaria assentado no aumento do seu próprio consumo.

Segundo SCHMIDT (2024), existem evidências claras da relação entre o aumento do (suposto) bem-estar social com o incremento da emissão dos chamados gases de efeito estufa, tais como o dióxido de carbono, o metano e o óxido nitroso. Para o autor, a base está

no capitalismo de superprodução e superconsumo. Ainda segundo o autor, os indicativos da possibilidade de um aumento global de temperatura já se mostravam evidentes nos anos 1970, mas que, na prática, nada foi feito para frear a lógica produtivista e consumista da sociedade contemporânea. Por questões óbvias, as grandes corporações econômicas nada fizeram para reverter esse quadro, assim como grande parcela dos governos de países associados ou não à essas grandes corporações. Muito antes pelo contrário, boa parte deles continuou perseguindo o crescimento econômico, por verem nele o instrumento capaz de levar ao aumento do bem-estar da população, podendo resultar em capital político para aqueles governantes.

No âmbito das atividades agrícolas, a utilização indiscriminada de pesticidas, tanto no combate às pragas, como para a derrubada da vegetação, é de grande risco para a vida humana. Estes pesticidas, não só contaminam o solo e os alimentos que podem e servem ao homem, mas também animais e plantas que possam vir a ser utilizados para a alimentação humana. A chamada Revolução Verde da década de 1970 intensificou a utilização desse arsenal tecnológico, diminuindo cada vez mais o tempo de natureza da produção primária, acelerando drasticamente os processos (não) naturais inerentes ao ciclo biológico das plantas (Graziano da Silva, 1998).

De outra parte, os metais pesados utilizados em diversas atividades econômicas, sobretudo na área de mineração e industrialização são outra forma de envenenamento do solo e potenciais fatores de doenças e mortes entre animais, plantas e homens que por ventura vierem a prover sua alimentação deste solo contaminado.

Um breve panorama histórico da questão ambiental nos séculos XX e XXI

No ano de 1914, Henry Ford instituiu em sua fábrica no interior de Michigan, Estados Unidos, o regime de trabalho de oito horas e da recompensa de cinco dólares para os trabalhadores da linha de montagem. A economia do século XX passaria a se desenvolver com elevados aumentos de produtividade, ao contrário da sua expansão verificada até então, calcada na extensificação das atividades e na ocupação de novos espaços produtivos e de mercados nacionais e internacionais. Pelo modelo fordista, o mercado interno era incrementado pela inclusão de trabalhadores às classes consumidoras, o que era inédito, visto que desde a revolução industrial a demanda para os produtos industrializados era baseada no consumo das elites e da classe média. Porém, com os ganhos de produtividade derivados da produção em série, dos ganhos de escala e das novas técnicas administrativas tayloristas, esses mercados seriam incapazes de suprir a oferta.

Esse modelo de desenvolvimento econômico característico do século XX, intensificou os efeitos das atividades produtivas e de consumo sobre os recursos naturais. Ligado ao processo de produção em grande escala, com importantes ganhos de produtividade, elevação da renda e da capacidade de consumo, houve também uma aceleração do processo de crescimento urbano, juntamente com o crescimento da concentração espacial das atividades produtivas em função da escala e de economias de aglomeração e urbanização, havendo também, aumento da poluição.

Dessa maneira, a elevação da renda dos consumidores, em particular nos países centrais do capital, a concentração industrial, a expansão dos grandes conglomerados urbanos e o processo conhecido como revolução verde no setor agropecuário, foram alguns fenômenos surgidos devido ao “sucesso econômico” do mundo ocidental do século XX, intensificando os efeitos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Junto a isso, ocorreu um intenso crescimento populacional, consequência da melhoria das condições de vida da população e dos avanços das ciências da saúde, que elevaram a expectativa de vida e reduziram as taxas de mortalidade, sobretudo nos países centrais e de renda média do capitalismo.

Associando-se o crescimento populacional com os aspectos do crescimento econômico, compõe-se os principais elementos da pressão humana sobre o meio ambiente, a saber: industrialização, concentração espacial, modernização agrícola, crescimento populacional, produção e consumo em massa e ampla urbanização desorganizada.

Desta feita, o modelo de crescimento econômico vigente no mundo capitalista sustenta-se na acumulação de capital, em padrões tecnológicos e de consumo que acabam por destruir os recursos naturais existentes. Segundo LEFF (1990) essa crise só será superada com uma reorganização do sistema econômico, da produção e do consumo, com a utilização de um novo padrão de exploração dos recursos naturais e energéticos alternativos onde o meio ambiente não seja degradado. Portanto, um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável apresenta-se estritamente necessário na busca de uma melhor qualidade de vida numa perspectiva sistêmica. Sem isso, cada vez mais verificaremos catástrofes ambientais como a ocorrida em 2024 no Rio Grande do Sul, decorrente das mudanças climáticas resultantes dos processos elencados anteriormente.

Portanto, tendo em vista o acelerado ritmo de degradação ambiental observada principalmente ao longo do século XX e neste primeiro quarto do século XXI, tornou-se imperioso o debate acerca da sustentabilidade da vida no planeta, em particular a vida humana das atuais e futuras gerações. Esta questão, sobretudo a partir da década de 60 do

século passado incorpora elementos ligados ao crescimento econômico, desemprego, miséria, urbanização crescente, saúde pública, democracia, tornando-se um campo científico multi e interdisciplinar. Hoje, as decisões de viabilidade econômica devem, ou pelo menos, deveriam, submeter-se às condicionantes ambientais e naturais.

“Conceito” de desenvolvimento econômico

De uma maneira muito sucinta, podemos afirmar que não há uma definição de consenso sobre o que seja desenvolvimento econômico. Uma corrente de economistas considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, no qual apenas a acumulação de capital é tida como fator de desenvolvimento de uma economia. A ideia central é que o crescimento econômico, na distribuição direta da renda entre o proprietário dos meios de produção e a força de trabalho, garante a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, são os principais representantes desta corrente de pensamento econômico. Mais recentemente, os modelos de crescimento de Solow, Harrod e Kaldor contemplam esta visão (Souza, 2000).

Já uma outra vertente vê o crescimento apenas como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento contempla mudanças qualitativas nas estruturas produtivas, nas instituições democráticas e no modo de vida sociedade. Para seus defensores, como Marx e Schumpeter, o crescimento é condição indispensável, porém, não suficiente para o desenvolvimento. Advogam, em última instância a favor da melhoria dos padrões de vida da população como reflexo de um real desenvolvimento.

Empiricamente, a abordagem do desenvolvimento econômico como uma problemática tornou-se mais enfática a partir das flutuações econômicas no século XIX e com a concentração da renda e da riqueza, fortalecida com o surgimento de algumas poucas nações industrializadas, tornando ainda mais díspares os países ricos e pobres. Igualmente, dentro de um mesmo país, tornou-se mais evidente o desnível entre suas regiões e suas classes sociais. A noção de desenvolvimento atrelada à distribuição de renda e melhoria das condições de vida da população passou a ser mais enfatizada.

Nas fases em que se observam ondas de inovações, a economia dos países inovadores cresce de maneira acelerada. Há uma expansão no nível de renda e emprego e um aumento no nível de bem-estar da população. Em outros períodos, o nível da atividade econômica decai e as firmas dispensam mão de obra para reduzir custos. O fenômeno repercute nos setores inter-relacionados e a crise se generaliza. Durante a Grande Depressão dos anos

1930, por exemplo, evidenciou-se o grande problema social do desemprego, principalmente nos EUA. Verificou-se uma ação mais direta do Estado na economia, com a realização de investimentos diretos e a manipulação de políticas anti-cíclicas, objetivando reduzir o desemprego e amenizar as repercussões sociais negativas advindas da Depressão.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a adoção da macroeconomia keynesiana em boa parte do mundo, o debate sobre o desenvolvimento econômico desenrola-se dentro de um novo contexto mundial, onde a ação direta do Estado na economia torna-se ainda mais tenaz e a realização do plano Marshall de reconstrução da Europa e o advento do Tratado de Bretton Woods desencadeiam um grande fluxo de investimentos produtivos e financeiros, sobretudo no chamado velho mundo. Porém, em seguida, a política keynesiana mostrou-se inadequada para explicar o desenvolvimento, haja visto ser este um fenômeno de longo prazo.

Em paralelo, ao final da década de 1940 e início dos anos 1950, economistas de países subdesenvolvidos começaram a realizar pesquisas a fim de elaborarem diagnósticos da situação econômica e social destes países. O objetivo principal era conseguir a captação de recursos externos dos países industrializados, em particular dos Estados Unidos. A CEPAL defendia que o governo norte-americano deveria implementar na América Latina um plano semelhante ao Plano Marshall adotado para a Europa.

No que tange especificamente o caso brasileiro e latino americano, o processo de desenvolvimento nesta região, sobretudo a partir da década de 1950, caracteriza-se por uma significativa modernização no processo produtivo industrial e também na produção agrícola. Porém, essa modernização não refletiu em mudanças na distribuição de renda, mantendo-se o mesmo padrão histórico de acumulação de riquezas e as mesmas relações de trabalho exploratórias dos capitalistas sobre os trabalhadores assalariados. As inovações produtivas, tanto na indústria como no campo, só foram apreciadas pelos grandes empresários e grandes latifundiários, com a anuência (e participação) do próprio Estado. Os benefícios da modernização só foram sentidos pelos que já possuíam um determinado poder econômico. As economias brasileira e latino americana ratificaram ainda mais seu caráter dualista, onde convivem simultaneamente produtores e regiões detentores de processos produtivos de alta tecnologia e outros com produção obsoleta e de baixa produtividade, além de uma concentração de renda absurda.

Porém, não obstante tudo que foi descrito anteriormente parece ser consenso, não só entre economistas, mas toda a sociedade civil, que o desenvolvimento, ou simplesmente o crescimento experimentado no século XX trouxe inúmeras consequências negativas ao meio

ambiente, e torna-se imperioso, portanto, a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico prudente ecologicamente e justo socialmente onde pesem a democracia, a equidade social e o respeito à natureza. Assim, a proposta de desenvolvimento sustentável apresenta-se como um projeto para a consecução de uma sociedade justa nas relações interpessoais e com a natureza.

Nessa linha, a proposta de desenvolvimento sustentável pressupõe mudanças nas estruturas econômicas (produção e consumo), sociais, políticas e institucionais, resultado na melhoria da renda e da qualidade de vida dos agentes econômicos. Contempla uma visão holística e integrada de desenvolvimento, onde a simbiose e a harmonia nas relações entre homem e natureza reflitam em um real desenvolvimento econômico e social.

Conferências e relatórios históricos sobre a questão ambiental

A partir da década de 1970 até o início dos anos 1980, manifesta-se uma preocupação relativa aos efeitos das atividades econômicas no meio ambiente. Porém, essa consciência ambiental advém da ideia de que a degradação dos recursos naturais leva a uma situação limítrofe ao crescimento econômico. A preocupação ambiental, portanto, origina-se no receio em se chegar ao limite de crescimento através da aviltação dos expedientes naturais. Dessa forma, o período iniciado no princípio dos anos 1970 até a abertura da década de 1980 caracteriza-se pela realização de diversos eventos de extrema relevância para a fomentação de uma percepção global dos problemas ambientais e suas implicações na vida do planeta.

Assim sendo, reproduziu-se durante a década de 1970 a ideia de que era necessária a imposição de limites ao crescimento econômico, de onde proliferaram muitas concepções defendendo metas de crescimento zero. Especialmente nos países desenvolvidos difundiu-se a ideia de que os países em desenvolvimento não poderiam almejar desenvolver-se, haja visto que se todas as nações desfrutassem dos padrões produtivos e de consumo dos países industrializados, o mundo se tornaria insustentável.

Os principais eventos que marcaram esse pensamento dominante na década de 1970 e início dos anos 1980 foram a Conferência de Estocolmo, em 1972, vista como o marco inicial dos debates ambientais; os estudos elaborados pelo Clube de Roma, entre 1968 e 1976; e o relatório elaborado pelo conselho ambiental americano *Quality Environment Council* para o governo de Jimmy Carter em 1980, intitulado *Global Report 2000*. Estes trabalhos apresentam três características comuns: o conflito iminente entre crescimento econômico e meio ambiente; uma concepção de certa forma malthusiana que associa boa parte dos problemas

ambientais com o crescimento populacional; e o resultado do eminente esgotamento dos meios naturais face ao modelo econômico desenvolvimentista.

Considerada o marco inicial na inclusão da questão ambiental dentro das preocupações relativas ao desenvolvimento econômico na agenda internacional, a Conferência de Estocolmo apresentou divergências entre as ideias defendidas pelos chamados países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As nações industrializadas baseavam seu discurso nos moldes neomalthusianos, advogando a favor do controle de natalidade nos países periféricos a fim de conter o crescimento demográfico. Somente com esta política seria possível a redução da pobreza e a contenção da devastação ambiental. Já para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos o problema estava na expansão dos padrões de consumo “primeiromundistas”, de maneira que defendiam a modificação do modelo de desenvolvimento seguido no mundo.

A conferência resultou na fixação de 26 princípios que deveriam nortear as relações homem – meio ambiente, propagando os seguintes pontos:

- É direito do homem usufruir de um meio ambiente de qualidade que permita levar uma vida digna e gozar de bem estar;
- Deve-se, portanto, entre outras medidas, pôr fim às descargas de substâncias tóxicas ou outras matérias em quantidades que o meio ambiente não possa neutralizá-las.

O homem deve, para tanto, ao planejar o desenvolvimento, dar importância à preservação da natureza, com o intuito de mantê-la para as gerações presente e futuras. Incluiu-se ainda, na versão final do documento, que somente através de transferências financeiras e tecnológicas unilaterais dos países ricos para os pobres poderiam ser sanadas as dificuldades econômicas e sociais nos países subdesenvolvidos. O grande mérito desta conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Já os trabalhos do Clube de Roma buscavam atestar empiricamente o problema das restrições ambientais ao crescimento econômico. O estudo de maior reconhecimento, intitulado Limites do Crescimento, baseou-se em uma modelação global substantiada em informações empíricas, asseverando a prostração mundial em razão da extenuação dos recursos não renováveis. Esse trabalho defendia a contenção do crescimento econômico a fim de se manter a vida humana na Terra.

Em geral, os trabalhos do Clube de Roma admitem a existência de limites ambientais ao crescimento e o risco imposto ao meio ambiente em decorrência do acelerado processo de

industrialização. Reconhecem também a necessidade de se aspirar uma nova ordem econômica mundial baseada em uma nova ética, e a indispensabilidade do planejamento da utilização dos recursos naturais e das atividades econômicas a fim de superar os perigos do crescimento econômico desordenado.

Já o relatório Global 2000, coordenado por Gerald Barner, realizado por iniciativa do presidente norte-americano Jimmy Carter, e publicado em 1980, trazia a alegação de que não era possível a todos os países do mundo experimentar o estilo de vida das nações industrializadas, visto que isso levaria à ampliação em escala mundial do emprego de recursos naturais e da formação de poluentes ambientais, pondo em risco a sobrevivência do ser humano na Terra.

Logo, o que se percebe nesses estudos realizados durante a década de 1970, é a preocupação ambiental relacionada com suas implicações ao crescimento econômico mundial. Seus méritos residem em difundir uma maior conscientização acerca desses problemas e propalar a adoção da problemática ambiental nas estratégias de planejamento do desenvolvimento econômico.

Somente então a partir dos anos 1980 a problemática ambiental passa a ser percebida de uma maneira sistêmica, onde a devastação do meio ambiente é encarada como um risco eminente à preservação dos ecossistemas e da própria sustentabilidade do planeta. Essa percepção apresenta-se mais apurada quando das discussões sobre o efeito estufa e seus impactos na regulação do clima global (crise climática), a destruição da camada de ozônio e a importância da biodiversidade. Estes debates ampliaram a compreensão internacional acerca da destruição ambiental, que passa a incluir não só os efeitos no bem estar das pessoas e no crescimento futuro, mas também sobre a sustentabilidade do ecossistema terrestre. Assim, tornava-se (e torna-se) imperiosa a busca por alternativas conciliatórias entre o desenvolvimento e a preservação ambiental.

Essa premissa regiu os debates da Conferência da ONU no Rio de Janeiro em 1992, também conhecida como a ECO – 92. A conferência no Rio teve como eixo central avaliar tendências de políticas e ações dos países e organizações internacionais para proteger e aprimorar o meio ambiente, além de examinar como os critérios ambientais haviam sido incorporados nas políticas e no planejamento econômico e social desde a conferência da Suécia.

A preparação desta conferência consumiu os dois anos e meio anteriores, reunindo políticos e responsáveis por inúmeros departamentos de governos de várias regiões em todo o mundo. Essa preparação visava coordenar acordos parciais por alguns Estados antes mesmo da

execução da reunião, bem como começar a implementação de diretrizes do desenvolvimento sustentável, mediante a firmação de tratados que entrassem em vigor a partir de então.

Na realidade, ocorreram dois grandes eventos paralelos à ECO 92: a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e o Fórum Global das ONGs. Não obstante os diversos avanços registrados, persistiam vários impasses, especialmente em pontos como alterações climáticas – muitos deles ainda não resolvidos – e as questões da biodiversidade, sendo que as maiores resistências foram capitaneadas pelos Estados Unidos.

A documentação distribuída após o término do evento apresentou algumas resoluções aprovadas pela conferência. A primeira delas foi a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Carta da Terra, uma espécie de código de conduta para harmonizar as ações de desenvolvimento com o meio ambiente. Entre os 27 princípios fundamentais apontados na Declaração apoiados no conceito de Desenvolvimento Sustentável, estão os seguintes:

- Os seres humanos, e seu direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza, constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável.
- A erradicação da pobreza é tarefa essencial do desenvolvimento sustentável.;
- Na corrida para o desenvolvimento nos últimos anos, as nações contribuíram notoriamente para a degradação do meio ambiente, portanto, têm responsabilidades comuns, ainda que diferenciadas;
- É indispensável que haja entre as nações cooperação mútua e intercâmbio de conhecimentos científicos;
- Deve-se garantir a não transferência entre nações de quaisquer atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave e nociva;
- A paz, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente são interdependentes e inseparáveis. Em caso de guerra, inimiga do desenvolvimento sustentável, as nações devem respeitar o direito internacional do meio ambiente. Esse é um ponto muito importante na contemporaneidade, tendo em vista os conflitos bélicos extremos em curso em diferentes regiões do mundo.

Em relação ao aspecto distributivo da problemática ambiental descrita nesta declaração, cabe ressaltar que na reunião preparatória para a Conferência em Nova Iorque, destacou-se que os países industrializados eram os grandes pela deterioração ambiental. Porém, o texto

aprovado no Rio de Janeiro sofreu alterações que se voltavam prioritariamente à vinculação da pobreza com a degradação ambiental.

A segunda resolução foi a Agenda 21, abrangendo 21 pontos a serem seguidos na busca por um desenvolvimento sustentável, considerada a mais abrangente resolução do encontro. Embora não tendo caráter obrigatório, a Agenda 21 representaria um ponto de partida para ações futuras em nível nacional e internacional. Finalizando as resoluções, a Declaração Autorizada dos Princípios (Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), que era (é) um documento sem força jurídica obrigatória e representava um consenso mundial a respeito da ordenação, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas de todo o tipo. Esta declaração em particular, especificava princípios que deveriam nortear a exploração dos recursos florestais e da biodiversidade vegetal e animal.

Os princípios destas resoluções funcionam apenas como recomendações aos países, mas sua viabilização encontra sérias dificuldades impostas pela lógica dos mercados e por interesses dos mais diferentes Estados nacionais. Não obstante, seguindo a linha de MOLINA (2006), podemos afirmar que o desenvolvimento sustentável se consolida como diretriz para mudanças de rumo no desenvolvimento econômico global, tendo em vista ter sido definido por 179 nações na ECO 92.

A evolução do pensamento econômico ambiental

A questão ambiental, até recentemente, não era tratada com a devida relevância pela Ciência Econômica. Somente Malthus, no século XIX, abordou esta problemática quando discorreu sobre a limitação dos recursos naturais face ao crescimento exponencial da população. Os neoclássicos preocupavam-se até então, com a alocação dos bens e serviços no curto prazo, restringindo sua teoria à escassez de mercadorias, sendo seus preços determinados pelo mercado. Em 1932, Pigou faz uma qualificação das externalidades (apresentadas por ele mesmo em 1920) negativas e suas implicações, porém apenas na década de 1960 foram incorporadas à análise ambiental (neoclássica).

Assim, somente a partir dos anos 1950 é que, tanto economistas, como sociólogos, incorporam em suas críticas sobre as consequências do crescimento econômico, a problemática ambiental em suas análises, após observarem o acelerado processo de degradação da natureza e os crescentes custos para a despoluição.

Nesta linha, no ano de 1974, em Coyoc, no México, uma reunião com a presença de diversos cientistas sociais, tais como Samir Amin, Maurice Strong, Wassily Leontieff, dentre outros, teve como finalidade a discussão sobre “Padrões de Utilização de Recursos, Meio Ambiente

e Estratégias de Desenvolvimento”. Resultaram deste debate dois movimentos alternativos. Um apontava para as necessidades básicas em primazia ao crescimento puro e simples e os que enfocavam como prioridade a sustentabilidade do meio ambiente (Souza, 2000).

Contrapondo-se aos apologistas ao crescimento a qualquer preço, foi elaborada a proposta de “Ecodesenvolvimento”, tendo na figura do economista Ignacy Sachs, em seu livro Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir (1986), um de seus idealizadores e principal divulgador. Esta estratégia visa(va) conjugar o desenvolvimento com a natureza, em que pesem a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica. Esta perspectiva será abordada adiante, com um maior apuramento, dada a sua relevância pra a concepção do chamado desenvolvimento sustentável.

Já para a teoria neoclássica (ambiental), o meio ambiente deve ser abordado sob três aspectos:

- Meio ambiente é fonte de matérias primas que no processo de produção são utilizados como insumos, renováveis ou não;
- Todos os resíduos, no consumo e na produção de bens e serviços, são absorvidos pelo meio ambiente. Tal absorção, total, parcial ou nula depende do nível de saturação do ecossistema;
- Meio ambiente apresenta outras funções como lazer, estética e sustentação à vida animal e vegetal.

A análise econômica neoclássica está centrada na problemática em torno da alocação ótima dos recursos. Para os neoclássicos o sistema de mercado determina um equilíbrio único e estável. Este ponto de equilíbrio “ótimo” de Pareto reflete uma situação onde sob uma determinada repartição da renda nenhum indivíduo eleva seus ganhos sem reduzir os dos demais. Esta posição acarreta um máximo bem estar coletivo onde uma combinação de interesses particulares determina o interesse comum da sociedade.

O conceito que fundamenta o pensamento econômico relativo às questões ambientais é da externalidade. Nas décadas de vinte e trinta do século passado o economista Arthur Pigou apresentou o termo externalidade para expressar as falhas produzidas pelo funcionamento do mercado e propôs um método capaz de corrigi-las ou compensá-las. Este método consiste em um cálculo econômico público, através de uma análise de custo benefício que visa julgar a viabilidade econômica de um dado projeto pela valoração monetária mais apropriada de um conjunto de custos e benefícios que lhe são associados.

Esta abordagem parte do pressuposto de que toda a externalidade pode ser valorada monetariamente, isto é, internalizada nos seus custos de produção. Esta noção mostra-se indubitavelmente falha em sua metodologia: a) impossibilidade em se valorar monetariamente os recursos naturais e suas relações com os ecossistemas; b) o fato de imputar valor ao que o mercado não valoriza pode não afetar a decisão do investimento privado. Nesta perspectiva, os problemas ambientais, como poluição e a degradação dos recursos naturais, são externalidades negativas, também denominados custos externos, ou seja, fenômenos externos aos mercados que ocorrem porque existem falhas de mercado quando da utilização privada do meio ambiente, que é um bem de natureza pública.

Portanto, como dito anteriormente, a economia ambiental neoclássica considera que toda a externalidade pode receber uma valoração ambiental satisfatória. A valoração monetária dos recursos naturais no pensamento econômico neoclássico é tomada como pressuposto para a consideração dos custos sociais na decisão de implementação de atividades produtivas. Denomina-se esse processo de internalização das externalidades, computando os custos ocultos (nas externalidades) nos custos finais de produção. Esse tipo de análise das questões ambientais preconiza a ideia de que externalidades podem ser mitigadas a um nível “ótimo”, onde a qualidade ambiental ajustado aos níveis de disponibilidade de bens e serviços produzidos pelo homem propicie o mais elevado patamar de bem estar.

Porém a abordagem econômica ao meio ambiente propalada pela teoria econômica neoclássica recebe muitas críticas, em particular dos divulgadores da Economia Ecológica. As principais referem-se à abordagem custo benefício e à avaliação monetária do meio ambiente. Para seus opositores, esse tipo de análise permite comparar apenas as dimensões econômicas do meio ambiente, omitindo diversas de suas funções mais importantes. Ademais, as metodologias usadas para estimar monetariamente os custos ambientais, o que permitiria operacionalizar a análise custo benefício, não seriam capazes de apreender o valor total do meio ambiente que, em muitos casos, quando a sua destruição traz riscos à vida humana, teria um valor incalculável. O meio ambiente, por conseguinte, não poderia ser avaliado monetariamente. Outras críticas mostram-se contrárias à abordagem neoclássica, principalmente no que concerne aos instrumentos de mercado, como taxas, subsídios, licenças para poluir, tidas como ineficazes à efetiva proteção do meio ambiente. Aqui se insere a crítica aos chamados mercados de carbono, que não resolveram o problema do lançamento dos gases estufas, prejudiciais à camada de ozônio, importante vetor para as mudanças climáticas em curso.

Já a Economia Ecológica, “é uma nova abordagem transdisciplinar que contempla toda a gama de inter-relacionamentos entre os sistemas econômico e ecológico” (Constanza, 1994, p. 111). Seus membros defendem que o sistema econômico faz parte de um sistema ecológico maior e que o equilíbrio deste último deve ter prioridade sobre as metas e a racionalidade econômica. Esta escola adota um enfoque holístico onde os seres humanos são um dos componentes dentro de um sistema total.

Esta escola analisa a estrutura e o decurso econômico dos geossistemas sob a ótica dos fluxos físicos de energia e de materiais. Explica o uso de energia e materiais em ecossistemas humanos, integrando na análise desses fluxos a crítica aos mecanismos e preços de mercado e à valoração monetária dos recursos naturais pela teoria neoclássica. Os economistas ecológicos passaram a analisar e quantificar os processos de transformação, como o industrial, considerando as leis da termodinâmica, principalmente a lei da entropia. O processo produtivo industrial que acarreta transformações, dissipa grande quantidade de matérias primas e energia, sendo possível medir o crescimento entrópico (aumento na desordem do sistema). O conhecimento acerca desse processo permitiria brejar o acréscimo de entropia mediante mecanismos de reciclagem. Fazendo-se valer deste conhecimento, a sociedade teria a possibilidade de combater o aumento da produção de entropia, buscando reduzi-la. A redução na produção de entropia pode ser atingida através da utilização de materiais energeticamente mais eficientes, na diminuição do uso de recursos naturais esgotáveis e reduzindo a geração de resíduos (Constanza, 1994).

Assim, a preocupação central está em reduzir os efeitos da lei da entropia. O ponto crucial está em adequar a produção econômica às possibilidades energéticas, como forma de não produzir desordem (aumento da entropia). Essa corrente também é criticada por ter alcance limitado diante da dimensão total que as questões social e ambiental assumem no sistema como um todo, não sendo por essa via, segundo seus críticos, possível atingir-se o desenvolvimento sustentável no capitalismo.

Passemos agora à abordagem do Ecodesenvolvimento, como dito anteriormente, fundamental para a construção do ideário do desenvolvimento sustentável. O termo Ecodesenvolvimento foi introduzido pelo Secretário Geral da Conferência de Estocolmo (1972), Maurice Strong, e amplamente difundido por Ignacy Sachs. A definição sugere o desenvolvimento de um país ou região baseado em suas potencialidades características, portanto, endógeno, sem criar dependência externa. Conforme Sachs, “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e das gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (p. 62).

A ideia de Ecodesenvolvimento apoia-se sobre a percepção das diferenças e variedades naturais de cada região e no pluralismo cultural que remete à distintas concepções de meio ambiente pelas diferentes classes e grupos sociais. Sugere estratégias socioeconômicas e espaciais em consonância com as diversas características naturais de cada região, num processo de integração entre planejamento econômico e espacial. Requer uma reordenação em busca de um novo equilíbrio entre os poderes e as atribuições da sociedade civil local, regional e nacional. O sucesso das estratégias demanda organização participativa e, fundamentalmente, participação da população no processo decisório.

A partir dessa concepção, SACHS (1986) apresenta as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, sintetizadas por MONTIBELLER- FILHO (2001) a seguir¹:

- Sustentabilidade social: o processo deve visar a redução significativa das desigualdades sociais, de modo a melhorar os direitos e as condições de vida das pessoas. O enfoque deve ser na diminuição da diferença entre o padrão de vida dos ricos e dos pobres.
- Sustentabilidade econômica: possibilitada por uma gestão e alocação mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular de investimentos públicos e privados. É necessária a superação de deficiências apresentadas pelos países subdesenvolvidos, tais como o ônus da dívida externa; as relações adversas de trocas; barreiras protecionistas dos países desenvolvidos; limitações ao acesso e desenvolvimento da ciência e tecnologia.
- Sustentabilidade ecológica: compreende o uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com a mínima deterioração. Pode ser incrementada, dentre outras, a partir do uso das seguintes estratégias: limitação do uso de combustíveis fósseis e outros recursos esgotáveis e prejudiciais, redução do volume de resíduos e poluição, auto-limitação do consumo pelos países mais ricos e pelas camadas sociais mais altas em todo o mundo, intensificação de pesquisas em tecnologias limpas e definição de regras claras para a proteção ambiental.
- Sustentabilidade espacial (ou territorial): voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial da população e das atividades econômicas, protegendo o meio ambiente e a biodiversidade.

¹ Posteriormente, Sachs amplia estas dimensões.

- Sustentabilidade cultural: significa traduzir o “conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local” (SACHS, 1993, p. 43). Para MONTIBELLER-FILHO (2001), trata-se de respeito à formação cultural comunitária, evitando conflitos culturais com potencial regressivo (p.49).

Para seus defensores, essa proposta apresenta-se, então, como um novo projeto de sociedade, evocando um novo estilo de vida com valores próprios definidos por um conjunto de objetivos determinados socialmente visando também o futuro. Em relação à sua operacionalização, requer planejamento e organização objetivando o futuro e o desenvolvimento da percepção dos agentes econômicos acerca dos novos papéis sociais intrínsecos a esse novo projeto civilizatório. Essa é a base do ecodesenvolvimento e, por conseguinte, do desenvolvimento sustentável.

A proposta do desenvolvimento sustentável e o Relatório Bruntland

Em Nairobi, no ano de 1982, durante a sessão especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi proposta a criação de uma Comissão Mundial Independente para elaborar um documento sobre as perspectivas para o ano 2000 e seguintes. A proposta foi aprovada em 1983, através da resolução número 38/161 da Assembleia Geral, após a decisão de que esta comissão trataria de meio ambiente e desenvolvimento. Assim, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNMAD) surgiu como um órgão independente, ligados aos governos e ao conjunto da ONU, porém, não sujeita a seu controle (Souza, 2000).

Os encargos dessa comissão objetivavam reexaminar os problemas críticos pertinentes ao meio ambiente, sugerir novos mecanismos de colaboração internacional nesse campo, de maneira a nortear políticas e ações para as alterações necessárias; dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos, um maior entendimento em relação a esses problemas, estimulando-os a uma atuação mais determinada (Souza, 2000).

Em 1987 foi apresentado o relatório final da comissão, intitulado “Nosso Futuro Comum”, conhecido como “Relatório Bruntland”, que salientava a crescente escalada da pobreza e degradação ambiental no planeta em decorrência do processo de “desenvolvimento” experimentado até então. O parecer da Comissão defendia a adoção de um novo estilo de desenvolvimento que garantisse às gerações presentes e futuras o progresso humano com a eliminação da pobreza e a utilização responsável dos recursos naturais.

A proposta do desenvolvimento sustentável foi sugerida pela Comissão, conceituando-o como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico de mudança em que a exploração dos recursos naturais, a orientação dos recursos, as diretrizes tecnológicas e as reformas institucionais vão ao encontro das necessidades presentes e futuras.

O “desenvolvimento sustentável” retoma, assim, os critérios formulados na definição de ecodesenvolvimento, haja visto a sua preocupação com a gerações futuras quando refere-se a “atender as necessidades presentes sem comprometer as das gerações futuras”. O conceito de desenvolvimento sustentável não era, naquele momento, novo. Além do conceito de ecodesenvolvimento, a União Mundial para a Conservação (IUCN) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançaram, em 1981, a Estratégia Mundial para a Conservação, que mencionava o conceito de “desenvolvimento auto-sustentável”. Essa estratégia propunha a harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, enfatizando a necessidade de preservação dos ecossistemas naturais e da diversidade genética, e a utilização racional dos expedientes naturais (Souza, 2000).

Para MAIMON (1994), o conceito de desenvolvimento sustentável compõe-se por três vertentes principais: crescimento econômico, equilíbrio ecológico e equidade social, sendo o progresso a majoração da riqueza, o equilíbrio ecológico e a melhoria social.

Visão holística, integrada e sistêmica do desenvolvimento sustentável.

A primeira percepção que se deve ter para entender a ideia do desenvolvimento sustentável é a compreensão acerca do seu caráter dinâmico, representado pelas diversas demandas, tanto atuais quanto futuras, configurando num processo de mudanças onde a exploração dos recursos e os rumos do desenvolvimento institucional e tecnológico estejam de acordo com as necessidades contemporâneas.

Contextualiza-se na visão sistêmica e holística onde o sistema natural, formado pelos biomas e ecossistema e o sistema social constituído por elementos políticos, culturais e econômicos compartilham uma relação de vital interdependência. Não existe, portanto, um sistema isolado, seja natural ou social, pois cada um deles integra um sistema maior, a Terra. É oportuno lembrar, conforme salienta ELY (p.3):

[...] que o enfoque sistêmico é uma abordagem funcionalista, tanto de sistemas sociais quanto naturais, porque ambos estão em permanente busca

de equilíbrio, e não da mudança em si, que é vital para a dinâmica de reprodução social.

Como um ser sistêmico, o ser humano tem a capacidade de interferir nas relações de um ecossistema, criando outras tantas que possam satisfazer suas necessidades, ignorando as futuras consequências destas ações na natureza e para a sociedade. Neste ponto encontra-se a raiz da problemática ambiental concernente ao crescimento econômico. Toda nova relação imposta pela ação humana resulta em efeitos que podem ser positivos ou negativos para a vida no planeta, como se observa contemporaneamente no tocante às mudanças climáticas, fator preponderante para catástrofes que tem ocorrido nos últimos anos em diversos lugares do mundo, como as grandes enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul.

No que tange então o modelo de desenvolvimento proposto, pode-se afirmar que abrange alguns fundamentos básicos para uma vida sustentável, tais como: melhoria da qualidade de vida dos seres humanos; respeito e preocupação com a vida na sociedade; conservação da biodiversidade do planeta; viver dentro dos limites e capacidade do planeta.

Para MOLINA (2006), o paradigma do desenvolvimento sustentável surge da necessidade de redefinição do conceito de desenvolvimento, amplamente desgastado pela crise ambiental e social observada naquele momento. Através do desenvolvimento sustentável propõe-se mudanças no sentido de que o uso de recursos naturais, a direção dos investimentos, o aprimoramento tecnológico e as mudanças institucionais devem permitir o atendimento das necessidades humanas atuais e futuras (Molina, 2006). Assim, “nesse contexto, a conservação da natureza e o crescimento econômico são considerados partes indivisíveis de uma mesma unidade” (p.75).

Já ELY (1992, p. 19), nos brinda com a seguinte abordagem, ao definir aquilo que chama de desenvolvimento sustentado.

Não existe desenvolvimento se não for sustentado, integrado e auto-sustentado. Entendo por desenvolvimento, para uma sociedade particular, comunidade, município, estado, país, região, enfim para o planeta terra, melhorar o bem estar e a qualidade de vida individual e coletiva para as atuais e futuras gerações, fruto da integração harmônica entre os sistemas político, econômico, social e natural, reproduzindo a qualidade ambiental, o habitat humano, **que permita o desenvolvimento integral biológico, social e psicológico do ser humano** (grifo nosso).

Ainda para ELY (1992, p. 30), os princípios universais da dignidade humana, que dão sustentação para qualquer sociedade, “devem ser respeitados e incorporados na doutrina e filosofia de vida para se fazer política, economia e assim reproduzir a sociedade harmonicamente com a natureza [...]. Segundo o autor, uma vez respeitados e incorporados

estes princípios, o desenvolvimento sustentado (sustentável) ficaria assegurado. Não podemos perder isto de vista, para que a utopia não se esvaeça nestes tempos tão sombrios.

REFERÊNCIAS

BARNEY, Gerald O. **The Report Global to the President 2000**. Arlington: Seven Locks Press, 1991.

CONSTANZA, R. Economia Ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, Peter Heman; MOTTA, Ronaldo Serôa da. **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ELY, Aloisio. **Desenvolvimento Sustentado**: uma abordagem holística e integrada da natureza e da sociedade. Porto Alegre: FEPLAM, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: FUCAMP, 1998.

LEFF, Enrique. **Cultura Ecológica y racionalidad ambiental hacia una cultura ecológica**. México D.F: Fundación Friederich Ebert, 1990.

MAC NEILL, Jim. **Para além da interdependência** : a relação entre economia mundial e a ecologia da Terra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MAIMON, Dália. A economia e a problemática ambiental. In: MAIMON, Dália; VIEIRA, Paulo F. **As ciências sociais e a questão ambiental**: rumo a interdisciplinaridade. Belém: APED, 1993.

MOLINA, Glória F. Desenvolvimento Sustentável. In: SIEDENBERG (Coord.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MONTIBELLER-FILHO. O mito do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHIMIDT, João Pedro. **Mudanças climáticas**: por que o mais grave problema da humanidade não se tornou o problema político número 1? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2024.

SCHUMPETER, Joseph. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University. 1957.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.